



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



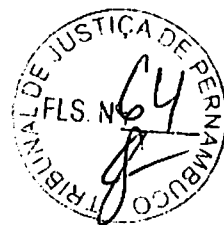
HABEAS CORPUS Nº: 0202737-4 206
COMARCA: OLINDA
VARA: TERCEIRA CRIMINAL
IMPETRANTE: MARIA ERICA DE CÁSSIA DA SILVA
PEREIRA e WERICK WILLAMS DA SILVA
PEREIRA
PACIENTE: LUIZ ALBERTO GOMES DA SILVA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA
VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES
ALCOFORADO ASSUNÇÃO
PROCURADORA: DRA. ADRIANA GONÇALVES FONTES

5482

**EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS
CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES.
FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO DE
PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO MOTIVADA
NA GRAVIDADE DOS FATOS.
FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM.
POSSIBILIDADE. NÃO JUNTADA DA PEÇA
MINISTERIAL REFERIDA PELA DECISÃO.
NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA
CUSTÓDIA CAUTELAR PARA GARANTIA DA
ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE
EVIDENCIADA. VEDAÇÃO DA LIBERDADE
PROVISÓRIA. ART. 44 DA LEI Nº
11.343/2006. ATRIBUTOS FAVORÁVEIS.
IRRELEVÂNCIA. DESPROPORCIONALIDADE
DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR.
IMPOSSIBILIDADE DE PREVISÃO DA PENA E
DO REGIME CORRESPONDENTE.
CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO
CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.
DECISÃO UNÂNIME.**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



207
I – Não há como se considerar desmotivada a decisão que denegou o pedido de liberdade provisória, tendo em vista que a autoridade indicada coatora embasou o indeferimento não só pela gravidade da conduta perpetrada pelo Paciente, mas utilizando-se da técnica de motivação *per relationem*, plenamente admitida pelos nossos tribunais superiores, reportou-se ao parecer do Ministério Público, o qual não foi juntado aos autos.

II – A vedação da liberdade provisória prevista no art. 44 da Lei nº 11.343/2006⁴ é, por si só, motivo bastante para a manutenção da custódia cautelar imposta aos presos em flagrante pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

III – Vedada legalmente a liberdade provisória, não há por que levar em consideração atributos favoráveis como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e profissão definida, nem mesmo a presença dos fundamentos da prisão preventiva, embora esta se mostre necessária a fim de garantir a ordem pública, haja a vista a periculosidade do Paciente.

IV – É impossível, no estágio atual, e muito mais na estreita via do *habeas corpus*, antever a sanção a ser aplicada e o regime a ela adequado, o que somente a conclusão da instrução criminal poderá revelar.

V – Ordem denegada. Decisão unânime.

⁴ **Art. 44.** Os crimes previstos nos arts. 33, *caput* e § 1º, e 34 a 37 desta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



208

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº **0202737-4**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 13 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



209

HABEAS CORPUS Nº: 0202737-4
COMARCA: OLINDA
VARA: TERCEIRA CRIMINAL
IMPETRANTE: MARIA ERICA DE CÁSSIA DA SILVA
PEREIRA e WERICK WILLAMS DA SILVA
PEREIRA
PACIENTE: LUIZ ALBERTO GOMES DA SILVA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA
VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES
ALCOFORADO ASSUNÇÃO
PROCURADORA: DRA. ADRIANA GONÇALVES FONTES

RELATÓRIO

Maria Erica de Cássia da Silva Pereira e Werick Willams da Silva Pereira, ambos advogados, impetram o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de **Luiz Alberto Gomes da Silva**, indicando como autoridade coatora a Exma. Sra. Juíza de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda (Proc. nº 226.2009.006612-1).

Alegam os Impetrantes, em apertada síntese, que o Paciente foi preso em flagrante no dia 09/09/2009, por tráfico ilícito de entorpecentes, e que está sofrendo constrangimento ilegal, sob os seguintes fundamentos: a) a decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória carece de fundamentação adequada; b) o Paciente tem o direito de responder ao processo em liberdade, por ser primário e possuidor de bons antecedentes, residência fixa e profissão definida, bem como por não se fazerem presentes, na espécie, os fundamentos da prisão preventiva; e c) a



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



210

segregação provisória atualmente imposta mostra-se mais gravosa do que a eventual pena advinda de uma condenação.

A exordial veio instruída com os documentos de **fls. 09/36**.

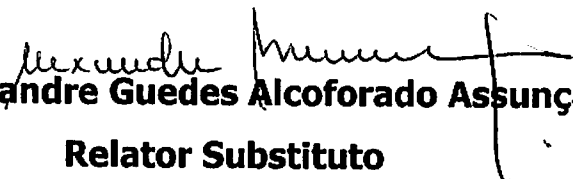
Foi o pedido de liminar indeferido pelo Exmo. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio às **fls. 42/44**.

A autoridade dita coatora prestou informações às **fls. 49/50**.

Alfim, a Procuradoria de Justiça, por **Sua Exa. a Procuradora Adriana Gonçalves Fontes**, apresentou parecer às **fls. 54/56**, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 13 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



211

HABEAS CORPUS Nº: 0202737-4
COMARCA: OLINDA
VARA: TERCEIRA CRIMINAL
IMPETRANTE: MARIA ERICA DE CÁSSIA DA SILVA
PEREIRA e WERICK WILLAMS DA SILVA
PEREIRA
PACIENTE: LUIZ ALBERTO GOMES DA SILVA
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA
VIRGÍNIO
RELATOR SUBSTITUTO: DES. ALEXANDRE GUEDES
ALCOFORADO ASSUNÇÃO
PROCURADORA: DRA. ADRIANA GONÇALVES FONTES

VOTO

Conforme relatado, o Impetrante aduz o seguinte: a) a decisão que indeferiu o pedido de liberdade provisória carece de fundamentação adequada; b) o Paciente tem o direito de responder ao processo em liberdade, por ser primário e possuidor de bons antecedentes, residência fixa e profissão definida, bem como por não se fazerem presentes, na espécie, os fundamentos da prisão preventiva; e c) a segregação provisória atualmente imposta mostra-se mais gravosa do que a eventual pena advinda de uma condenação.

Pois bem.

Quanto à alegação de insuficiência da motivação do *decisum* guerreado e de inexistência dos fundamentos da prisão preventiva, entendo que não merece ela prosperar.

Vejamos, a propósito, o teor da citada decisão:



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

212



"Sobre o pedido de liberdade, acompanho o entendimento ministerial para indeferir o pleito, considerando a gravidade dos fatos atribuídos ao imputado, a sua gravidade, hediondez e os malefícios para a saúde pública e toda a coletividade" (fl. 36).

Percebe-se, pois, que o *decisum* supra reportou-se expressamente à manifestação do Ministério Público, técnica de fundamentação dita *per relationem*, a qual é fartamente admitida por nossos Tribunais Superiores, desde que a peça mencionada, apresente os motivos necessários e bastantes para o acolhimento ou rejeição do pedido. Nesse sentido, válido é destacar o seguinte julgado, da lavra do Supremo Tribunal Federal:

"Revela-se legítima, e plenamente compatível com a exigência imposta pelo art. 93, inciso IX, da Constituição da República, a utilização, por magistrados, da técnica da motivação 'per relationem', que se caracteriza pela remissão que o ato judicial expressamente faz a outras manifestações ou peças processuais existentes nos autos, mesmo as produzidas pelas partes, pelo Ministério Público ou por autoridades públicas, cujo teor indique os fundamentos de fato e/ou de direito que justifiquem a decisão emanada do Poder Judiciário. Precedentes"¹.

No caso em apreço, os Impetrantes não anexaram o parecer do Representante Ministerial referido na decisão monocrática, inviabilizando a análise da legalidade dos requisitos necessários à prisão preventiva e impeditivos da concessão de liberdade provisória ao acusado.

Ademais, em sede de *habeas corpus*, diante da inexistência de instrução probatória, a parte deve instruir a ação com os documentos

¹ STF, MS 25936 ED/DF, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, Pub. 18/09/2009.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



213

necessários a comprovação da suposta ilegalidade arguida, sob pena do não conhecimento do *writ*.

Também não é demais frisar que a insigne Magistrada não se cingiu a tornar suas as palavras do *Parquet*, e sim expôs que a custódia se justificava pela gravidade e hediondez dos fatos atribuídos ao réu, deixando de proferir decisão mais extensa porque o pronunciamento do Ministério Público já se ocupara de tanto.

Outrossim, informou a autoridade dita coatora, às fls. 49/50 que o Paciente foi apreendido com 03 (três) pedras de crack e 01 (um) revólver Taurus, além de estiletes e navalha, e que, durante a formalização do flagrante, o Paciente confessou a traficância e a propriedade da arma, havendo revelado a quem comprava a droga e por quanto a revenderia.

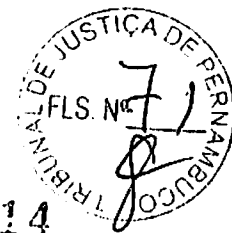
Tais fatos denotam a periculosidade do Paciente para o meio social em que vive, levando a crer que sua segregação cautelar se afigura necessária para garantir a ordem pública, ainda que não hajam sido anexadas aos autos cópias da denúncia, do inquérito policial ou da peça ministerial na qual se sustentou a decisão ora vergastada.

Além disso, ainda que assim não fosse, a vedação da liberdade provisória prevista no art. 44 da Lei nº 11.343/2006² é, no meu sentir, por si só, motivo bastante para a manutenção da custódia cautelar imposta aos presos em flagrante pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

² **Art. 44.** Os crimes previstos nos arts. 33, *caput* e § 1º, e 34 a 37 desta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



214

Isso porque não incide, *in casu*, a alteração promovida na Lei de Crimes Hediondos pela Lei nº 11.464/2007, a qual retirou a expressão "liberdade provisória" do rol de proibições associadas aos crimes hediondos, conservando apenas a fiança.

Afinal, a Lei de Drogas é especial em relação à Lei nº 8.072/90, devendo-se aplicar o brocardo *lex specialis derogat legi generali*. E, não tendo havido qualquer modificação no texto da primeira, permanece perfeitamente aplicável a proibição da liberdade provisória em se tratando de crimes de tráfico.

Nesse sentido, verifique-se o seguinte julgado, da lavra do Superior Tribunal de Justiça:

"HABEAS CORPUS. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. APELO EM LIBERDADE. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO EXPRESSA CONTIDA NA LEI N.º 11.343/2006. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE PARA JUSTIFICAR O INDEFERIMENTO DO PLEITO.

1. Na linha do entendimento desta Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, a vedação expressa do benefício da liberdade provisória aos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, disciplinada no art. 44 da Lei n.º 11.343/06 é, por si só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse ao réu preso em flagrante por crime hediondo ou equiparado, nos termos do disposto no art. 5.º, inciso LXVI, da Constituição Federal, que impõe a inafiançabilidade das referidas infrações penais. (...)

3. Ordem denegada"³ (grifos nossos).

³ STJ, HC 146023/RS, Rel. Ministra Laurita Vaz, 5ª Turma, DJe 03/11/2009.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



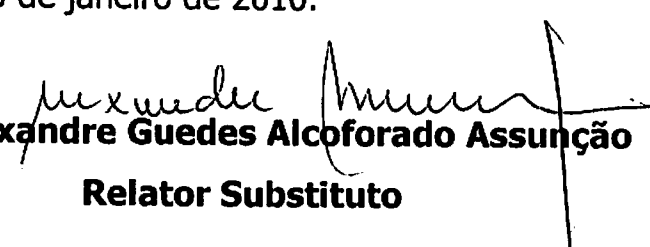
215

Assim sendo, vedada legalmente a liberdade provisória, não há por que levar em consideração os atributos favoráveis levantados pelo Impetrante, a saber, primariedade, bons antecedentes, residência fixa e profissão definida, nem mesmo a presença dos fundamentos da prisão preventiva, embora esta se mostre necessária, conforme antes afirmado, a fim de garantir a ordem pública.

Por derradeiro, não merece guarida o argumento de que a prisão cautelar é desproporcional pois uma eventual sentença condenatória imporia ao Paciente pena que poderia ser cumprida em regime aberto. Isso porque não é possível, no estágio atual, e muito menos na estreita via do *habeas corpus*, antever a sanção a ser aplicada e o regime a ela adequado, o que somente a conclusão da instrução criminal poderá revelar.

Ante tudo quanto foi exposto, **voto** pela **denegação** da ordem.

Recife, 13 de janeiro de 2010.


Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção
Relator Substituto